

PROCESSO Nº 00509-2006-005-15-00-6 RO – Publicação: 30/11/2007

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RECORRIDOS: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE BAURU E REGIÃO - SEAAC E OUTRO

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE ARAÇATUBA E REGIÃO

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

RECORRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO

ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE BAURU

**EMENTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DECISÃO COM EFEITO SUPRA-REGIONAL - COMPETÊNCIA TERRITORIAL - CONCORRENTE - PREVENÇÃO: A regra de competência, em se tratando de decisão a ser proferida em ação civil pública, com efeito supra-regional, é concorrente, podendo ser fixada pelo local do ilícito ou da capital do Estado, em prol da efetividade jurisdicional, de modo a favorecer o acesso ao Judiciário e habilitar o juízo do local do dano, funcionalmente, na colheita dos elementos de convicção para o deslinde da lide.** *Necessário, contudo, a observância de certa peculiaridade no Estado de São Paulo, acerca da existência de 02 Tribunais Regionais do Trabalho, com abrangência territorial bastante distintas. Assim, considerando que os efeitos da decisão a ser proferida na ação civil pública extrapolam a jurisdição da Vara de Bauru, mas que estariam limitados a outros municípios integrantes da jurisdição do TRT da 15ª Região, a prevenção ocorreu com o MM. Juízo de Bauru, razão pela qual deve ser aplicado o art. 2º da Lei nº 7347/85 e inciso I, do art. 93, do Código de Defesa do Consumidor, sendo deste Juízo a competência para dirimir o conflito.*

Da r. decisão de fls. 1125/1128, que acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar e determinou a remessa a uma das Varas do Trabalho da Capital, recorre o Ministério Público do Trabalho, através das razões de fls. 1163/1166, afirmando que a decisão proferida nos autos gerará efeitos supra-

regionais, de modo que a limitação prevista no artigo 16 da Lei Nº 9494/97 é inconstitucional. Prossegue, sustentando que a competência territorial para a propositura da ação civil pública é a prevista no artigo 2º da Lei Nº 7347/85, pelo que requer a declaração de ser legalmente competente para a análise do presente o foro de Bauru. Pugna pelo provimento ao apelo.

Contra-razões às fls. 1170/1175, 1176/1182, 1183/1189, 1190/1196 e 1197/1203, pela manutenção do julgado originário.

Isento de preparo.

Parecer da D. Procuradoria, opinando pelo provimento ao apelo e aplicação do artigo 515, § 3º do CPC.

É o relatório.

#### **VOTO:**

Conheço do recurso ordinário, não obstante interlocutória a decisão da origem.

#### **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL - REMESSA DOS AUTOS À TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DIVERSO - RECORRIBILIDADE:**

Na hipótese, a decisão ora atacada acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar e determinou a remessa a uma das Varas do Trabalho da Capital.

Decretado, portanto, o seu término no âmbito deste Regional, produzindo efeito de sentença terminativa, ensejando o cabimento de recurso ordinário, consoante permissivo constante na exceção de que trata o acima transcrito §2º do art. 799 da CLT.

Nesse sentido, a Súmula nº 214, do Colendo TST:

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE. Nova Redação - Res. 127/2005, DJ 16.03.2005** Na Justiça do Trabalho, os termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo na hipótese de decisão:

**I - de Tribunal Regional do Trabalho contrário à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;**

**II - suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;**

**III - que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.**  
(grifou-se).

#### **AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COMPETÊNCIA TERRITORIAL - LOCAL DO DANO OU DA CAPITAL DO ESTADO:**

O MM. Juízo de origem acolheu a exceção de incompetência em razão do lugar, sob o fundamento de que os efeitos da decisão a ser proferida extrapolam o âmbito da Vara de Bauru, sendo necessário, portanto, a observância do disposto na OJ nº 130, SDI-2, C.TST, que determina como foro competente, quando o dano é regional, o da Capital do Estado.

Não obstante os fundamentos da origem, tenho que a aplicação das regras de competência para a ação civil pública deve levar em conta não só certas peculiaridades do processo trabalhista, no tocante à competência territorial, mas também e especialmente a existência de 02 Tribunais Regionais do Trabalho no Estado de São Paulo, com abrangência territorial bastante distintas. A permanecer o entendimento sumulado pelo TST acerca da competência da Capital do Estado, estaríamos incorrendo em situação bastante conflitante, já que caberia a Regional diverso, no caso a 2ª Região, exercer a jurisdição onde Lei Federal atribuiu a outro Regional (15ª Região). Na hipótese, os efeitos da decisão proferida, conquanto extrapolem a jurisdição da Vara de Bauru, estariam limitados a outros municípios integrantes da jurisdição do TRT da 15ª Região.

Note-se que, em se tratando de ação civil pública, a regra de competência é a do local do ilícito ou da Capital do Estado em prol da efetividade jurisdicional, de modo a favorecer ao juízo do local do dano habilitar-se, funcionalmente, na colheita dos elementos de convicção sobre o contexto fático probatório para o deslinde da lide, mormente se levarmos em conta que o alegado dano ensejador da propositura desta demanda afeta exclusivamente área territorial que integra a jurisdição do TRT da 15ª Região.

O entendimento sumulado pelo TST, de acordo com a OJ em comento, deve ser aplicado em conjugação com o art. 2º da Lei nº 7347/85 e art. 93, I, CDC.

No dizer de Ada Pellegrini Grinover, em seus Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, “**não sendo o dano de âmbito propriamente regional, mas estendendo-se por duas ou mais comarcas, tem-se entendido que a competência concorrente é de qualquer uma delas.**”

Ainda que assim não fosse, estabelecidos esses parâmetros, tenho que se trata de competência concorrente, cuja prevenção ocorreu com o MM. Juízo de Bauru, razão pela qual deve ser aplicado o art. 2º da Lei nº 7347/85 e inciso I, do art. 93, do Código de Defesa do Consumidor, pelo que a competência para dirimir o conflito é da Vara de Bauru.

Pelo exposto, decido conhecer do recurso ordinário, dando-lhe provimento para, afastando a incompetência em razão do local, determinar o retorno dos autor à 1ª Vara do Trabalho de Bauru, para conhecer e julgar a presente demanda, como entender de direito, nos termos da fundamentação supra.

**ELENCY PEREIRA NEVES**  
**JUÍZA RELATORA**